

Resistências
Insubmissão e Revolta
no Império Português

|||||
casadasletras

ISBN: 978-989-661-207-8

© Mafalda Soares da Cunha, 2021

Direitos reservados
CASA DAS LETRAS
uma chancela LeYa, S.A.
Rua Cidade de Córdova, 2
2610-038
Alfragide
Tel: 21 427 2200, Fax: 21 471 77 37

Editor: Francisco Camacho
Revisão: Leonor Santos
Capa: Maria Manuel Lacerda
Imagem de capa: Johann Moritz Rugendas. *Guerra do Açú ou dos Bárbaros*.
Cerca de 1820-1825. Aguarela. © D.R.

1.^a edição: setembro 2021
Depósito Legal: n.º 486 421/21
Pré-impressão: LeYa
Impressão e acabamento: Multitipo

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under the Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement No 778076.

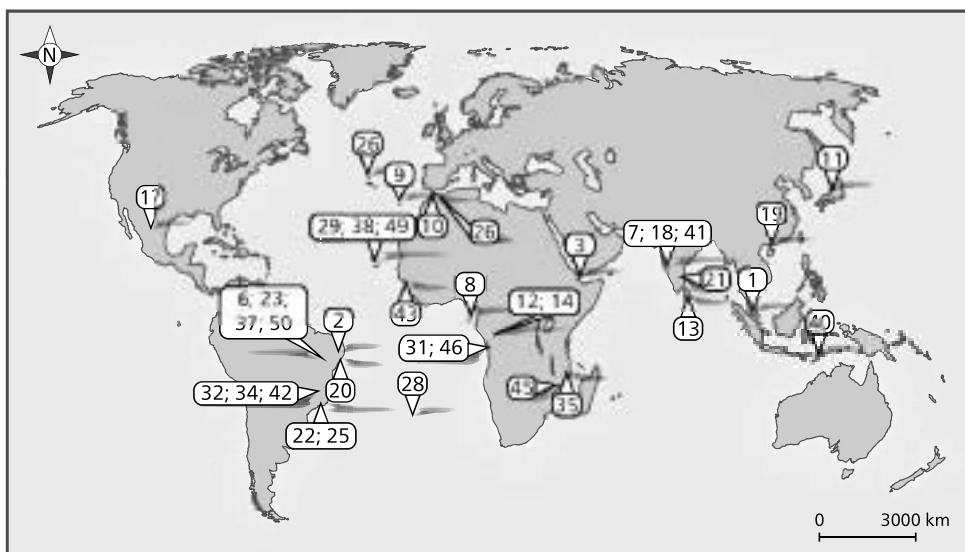
ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| NOTA INTRODUTÓRIA | 10 |
| 1. O ABANDONO DE MALACA EM TEMPOS DE JORGE DE BRITO (1515-1517) Joana Fraga | 21 |
| 2. BRANCA DIAS (C.1515-C.1588): DE JUDAIZANTE AO PARADIGMA DA VÍTIMA DA INTOLERÂNCIA Bruno Feitler | 27 |
| 3. A REVOLTA DO REINO DE ORMUZ CONTRA A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA SUA ALFÂNDEGA (1521) Graça Almeida Borges..... | 34 |
| 4. MOURISCAS DO REINO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVI. GÉNERO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA Filomena Lopes de Barros | 41 |
| 5. MOURISCOS E RENEGADOS NA LISBOA DO SÉCULO XVI Filomena Lopes de Barros | 47 |
| 6. DEUS E O PAPA CONTRA OS BRANCOS. A SANTIDADE DE JAGUARIBE E A BAHIA DO SÉCULO XVI Moreno Pacheco..... | 53 |
| 7. ALDEIAS DE GOA REVOLTAM-SE CONTRA O IMPÉRIO PORTUGUÊS E A CRISTIANIZAÇÃO (1583) Ângela Barreto Xavier | 60 |
| 8. AMADOR E A PRIMEIRA GRANDE REVOLTA DE ESCRAVOS DO MUNDO ATLÂNTICO Arlindo Manuel Caldeira..... | 66 |
| 9. A HISTÓRIA DE ANA DIAS, «QUE SE PERDEU NO MAR» E A PERSISTÊNCIA DO CULTO JUDAICO NO FUNCHAL Fernanda Olival | 71 |
| 10. MOTIM EM TÂNGER Mafalda Soares da Cunha..... | 78 |
| 11. MORRER PELA FÉ NO IMPÉRIO DO SOL NASCENTE. OS MARTÍRIOS DE CRISTÃOS NO JAPÃO, ENTRE 1597 E 1639 Kevin Carreira Soares..... | 85 |
| 12. A RESISTÊNCIA DO REINO DO KONGO FACE À «TRAIÇÃO» DO GOVERNADOR DE ANGOLA JOÃO CORREIA DE SOUSA (1622-1623) Miguel Geraldês Rodrigues..... | 93 |
| 13. A REVOLTA DOS LASCARINS E DOS MODELIARES NA ILHA DE CEILÃO Graça Almeida Borges e José Vicente Serrão..... | 100 |
| 14. ANGOLA: REBELDIA E RESISTÊNCIA DA RAINHA NJINGA Arlindo Manuel Caldeira | 106 |
| 15. O POVO LEVANTADO CONTRA D. FILIPE III DE PORTUGAL Mafalda Soares da Cunha | 113 |

| | |
|--|-----|
| 16. PENITENCIADOS QUE RESISTEM À INQUISIÇÃO Bruno Lopes.. | 122 |
| 17. PROTESTOS CONTRA OS PORTUGUESES NA NOVA ESPANHA (1641-1643) Pedro Cardim | 129 |
| 18. MATHEUS DE CASTRO: UM BISPO DE GOA CONTRA O PODER PORTUGUÊS Ângela Barreto Xavier | 136 |
| 19. ISABEL REIGOTA E A «CONTENDA» DO SÂNDALO Elsa Penalva | 142 |
| 20. RESISTIR ÀS REDES «MALIGNAS, DANOSAS E PREJUDICIAIS». OS PESCADORES DE ALAGOAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII Arthur Curvelo..... | 149 |
| 21. A INSURREIÇÃO DO ARCEDIAGO DA SERRA (1653) Joana Fraga..... | 155 |
| 22. OS IRMÃOS BARBALHO: CONQUISTADORES E REBELDES NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVII Luciano Figueiredo | 161 |
| 23. A REBELIÃO DOS ÍNDIOS DE NATUBA Evergton Sales Souza..... | 168 |
| 24. OS MESTERES DE LISBOA DEFENDEM A IGUALDADE FISCAL (1670) Pedro Cardim | 175 |
| 25. TRABALHO COMPULSÓRIO E RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS ALDEADOS. CAPITANIAS DO RIO DE JANEIRO E DE CABO FRIO – SÉCULOS XVII-XVIII Maria Regina Celestino de Almeida..... | 182 |
| 26. FORMAS DE LER A RESISTÊNCIA Fernanda Olival | 189 |
| 27. DESACATOS NO MOSTEIRO DE SANTA ANA DE VIANA DO MINHO Mafalda Soares da Cunha..... | 196 |
| 28. O NAVIO REBELADO. RESISTÊNCIAS AO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS Cândido Domingues..... | 203 |
| 29. A IMPOSSÍVEL PUNIÇÃO DOS VALENTES DO JULANGUE António Leão Correia e Silva | 210 |
| 30. MULHERES NEGRAS PROTESTAM EM LISBOA EM 1717 Cacey B. Farnsworth e Pedro Cardim..... | 217 |
| 31. REVOLTA DO SOBA QUIOMBELA EM CACONDA CONTRA OS ABUSOS DOS CAPITÃES-MORES DE BENGUELA (1718-1728) Miguel Geraldês Rodrigues | 226 |
| 32. FILIPE DOS SANTOS E CHICA MINA. O GARIMPEIRO PORTUGUÊS E A ESCRAVIZADA AFRICANA DE VILA RICA QUE LEVANTARAM AS MINAS GERAIS EM 1720 Luciano Figueiredo..... | 232 |
| 33. MAFRA, TRABALHO FORÇADO E RESISTÊNCIA Nuno Gonçalo Monteiro e Isabel dos Guimarães Sá | 239 |

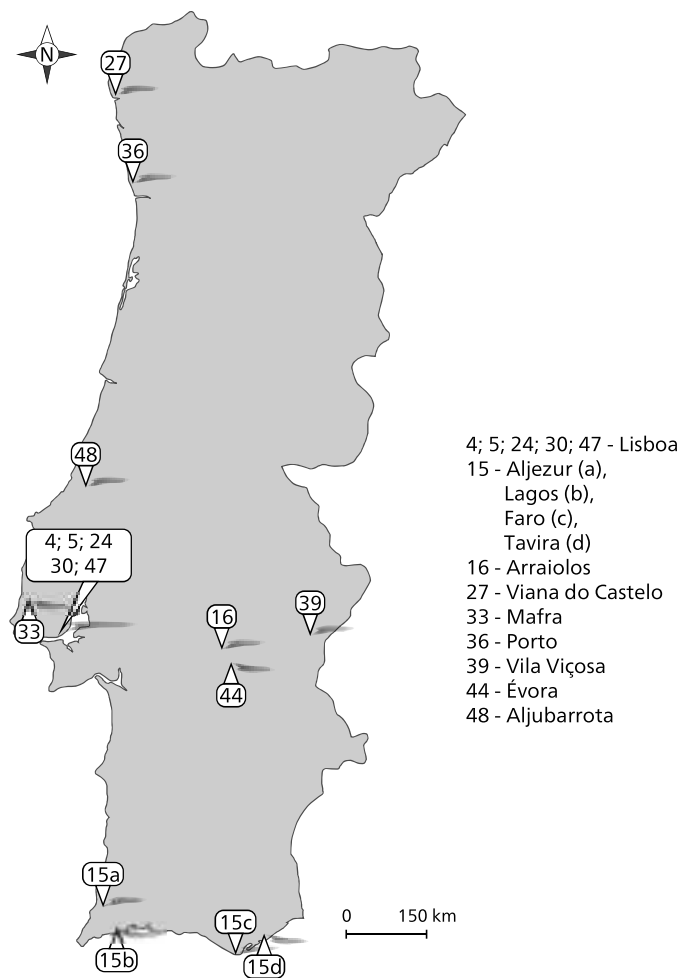
| | |
|---|-----|
| 34. REIVINDICAÇÃO POLÍTICA E GOVERNO REPRESENTATIVO EM MINAS Pedro Cardim..... | 249 |
| 35. DECLARARAM GUERRA AO MACUA MURIMUNO PARA LHE ABAIXAR A SOBERBA E O ORGULHO, E PERDERAM Luís Frederico Dias Antunes..... | 256 |
| 36. «VIVA EL REY! ABAIXO A COMPANHIA!» A REVOLTA CONTRA A COMPANHIA DAS VINHAS DO ALTO DOURO (PORTO, 1757) Ana Sofia Ribeiro | 265 |
| 37. A MOBILIZAÇÃO COLETIVA NAS VILAS INDÍGENAS NA BAHIA Fabricio Lyrio Santos | 273 |
| 38. CABO VERDE: ANTÓNIO BARROS BEZERRA DE OLIVEIRA, «ABSOLUTO RÉGULO» DA ILHA DE SANTIAGO Arlindo Manuel Caldeira | 280 |
| 39. O HOMEM QUE DEU COM UM PAU EM D. JOSÉ E NO SEU CAVALO (VILA VIÇOSA, 1769) Nuno Gonçalo Monteiro..... | 287 |
| 40. A «GUERRA DOS DOIDOS» EM TIMOR-LESTE (1776-1786) Ricardo Roque e Luísa Coutinho | 294 |
| 41. UMA REVOLTA À «AMERICANA»: A CONSPIRAÇÃO DOS PINTOS DE 1787 (GOA) Ângela Barreto Xavier | 302 |
| 42. A MAIS FAMOSA CONSPIRAÇÃO DO BRASIL FICOU POR ACONTECER Roberta Stumpf..... | 308 |
| 43. AS CONTAS DE UMA REVOLTA A BORDO. O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A VIOLÊNCIA DA DESUMANIZAÇÃO Jorge M. Pedreira | 314 |
| 44. ATRIBULAÇÕES DE UM ARCEBISPO NA VORAGEM DA DESORDEM. ÉVORA E BEJA, 1808 Jorge M. Pedreira..... | 322 |
| 45. D. ANA PERANTE OS SEUS ÉMULOS: MULHERES E RESISTÊNCIA EM TERRAS DO VALE DO ZAMBEZE Eugénia Rodrigues..... | 329 |
| 46. AS MULHERES QUE RESISTIRAM À CAPTURA E À ESCRAVIZAÇÃO EM BENGUELA NO SÉCULO XIX Mariana P. Candido..... | 336 |
| 47. AS VENDEDEIRAS DE LISBOA E A NOVA «OPRESSÃO» LIBERAL, 1820-1823 Miguel Dantas da Cruz | 344 |
| 48. A OUTRA BATALHA DE ALJUBARROTA. AS RESISTÊNCIAS AO SENHORIO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA NO PRIMEIRO LIBERALISMO (1820-1824) Nuno Gonçalo Monteiro | 351 |
| 49. A REVOLTA DO BATALHÃO AÇORIANO (MARÇO DE 1835). VILA DA PRAIA, ILHA DE SANTIAGO DE CABO VERDE José Silva Évora..... | 359 |
| 50. A REVOLTA DOS MALÊS NA BAHIA, 1835 João José Reis | 366 |
| BIOGRAFIAS | 372 |

LOCALIDADES DE INSUBMISSÃO E REVOLTA



- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| 1 - Malaca | 20 - Capitania de Alagoas |
| 2 - Capitania de Pernambuco | 21 - Malabar, Índia |
| 3 - Ormuz | 22; 25 - Rio de Janeiro |
| 6; 23; 37; 50 - Capitania da Bahia | 26 - Ilha da Flores (Açores), Argel |
| 7; 18; 41 - Goa | 28 - Oceano Atlântico |
| 8 - São Tomé e Príncipe | 29; 38; 49 - Cabo Verde |
| 9 - Ilha da Madeira | 31; 46 - Benguela, Angola |
| 10 - Tânger | 32; 42 - Vila Rica do Ouro Preto |
| 11 - Japão | 34 - Capitania das Minas Gerais |
| 12; 14 - São Salvador, Angola | 35 - Itoculo, Moçambique |
| 13 - Ceilão/Sri Lanka | 40 - Timor |
| 17 - México | 43 - Bissau |
| 19 - Macau | 45 - Sena, Moçambique |

LOCALIDADES DE INSUBMISSÃO E REVOLTA



AJURACAM DE LEVE

Eu que presente estou ante vós Senhores Inquisidores, contra a heretica parvidade, & apostasia, juro nestes santos Evangelhos, em que tenho minhas maos, que de minha propria, & livre vontade anathematizo, & aparto de mi toda a especie de heresia que for, ou se levantar contra nossa S. Fe Catholica, & Se Apostolica, especialmente ellas que hora em minha sentença me foram lidas, & de q me houverão por de leve sospeit na Fe, as quese aqui hei por repetidas, & declaradas: & juro, & prometto de sempre ter, & guardar a S. Fe Catholica que enfina S. Madre Igreja de Roma; que fereci sempre muito obediente ao nosso muy Santo Padre o Papa

hora Presidente na Igreja de Deos, & a seus Succellores, & confesso que todos os que cõtra esta S. Fe Catholica vierem, são dignos de condemnação, & prometto de nunca com elles me ajuntar, & de os perseguir, & descobrir as heresias q delles souber aos Inquisidores, & Prelados da Igreja. E juro, & prometto quanto em mi for cõprir as penitencias, que me são, ou forem impostas: & se contra isto, ou parte dellas em alguns tempo vier (o que Deos não permita) quero cair na pena q por direito em tal caso merecer, & me submetto a severidade dos sagrados Canones. E requieiro aos Notarios do S. Officio que d isto passem certidão, & instrumento, & aos q estão presentes sepeão testemunhas, & affinem aqui comigo.

The bottom of the document features several handwritten signatures in dark ink. On the right side, there is a prominent signature that includes a cross, which is identified in the caption as belonging to Manuel da Rosa. To the left of this signature are several other, less legible signatures. The paper shows signs of age, with some staining and a slightly uneven texture.

Página assinada por todos os intervenientes no processo de Manuel da Rosa (que assinou com cruz).

Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, proc. 3944 PT/TT/
TSO-IL/028/03944 «Imagem cedida pelo ANTT»

26. FORMAS DE LER A RESISTÊNCIA

Fernanda Olival
Universidade de Évora – CIDEHUS



No campo religioso, aquele que negava formalmente a sua fé transformava-se num renegado. Era um apóstata, ou seja, alguém que de forma deliberada se afastara da sua crença. Por isso, nos reinos ibéricos os respetivos tribunais do Santo Ofício também se ocupavam destas situações. Apesar de parciais, as fontes que estas instituições nos legaram constituem uma importante janela para observar as relações entre católicos e muçulmanos, aspetos do modo de vida destes últimos, o corso, a espionagem, a escravatura dos cativos, as tensões do mundo mediterrânico, entre muitas outras questões.

Teoricamente, sempre que algum renegado chegava a território controlado pelas Coroas ibéricas, ou porque fugira ou porque fora por qualquer via capturado, podia ter de prestar contas ao Santo Ofício. Na Península Ibérica zelava-se em permanência pela ortodoxia, controlando tudo quanto a podia ameaçar, como era o caso dos renegados.

Apresenta-se aqui um dos vários processos inquisitoriais contra renegados, tendo em vista analisar as leituras de resistência nele subjacentes.

De acordo com o seu próprio relato, Manuel da Rosa, protagonista do caso, nasceu na ilha açoriana das Flores, cerca de 1671-1672. Era filho de um agregado de mareantes,

naturais da mesma ilha, o que contribuiu para que ele se tornasse marinheiro.

Foi precisamente quando andava num patacho, navegando entre as ilhas Terceira e Faial, que os mouros de Argel o cativaram, levando com eles a embarcação. Teria então 14 para 15 anos. É de notar que, nesta época, os jovens do seu estatuto social começavam cedo a trabalhar. Geralmente a partir dos 12 anos, depois de concluído um período de alfabetização, para os que tinham mais oportunidades. Não foi o caso de Manuel da Rosa. Conforme declarou à Inquisição de Lisboa mais tarde, aos 22-23 anos, não sabia ler nem escrever. Com efeito, assinou de cruz todos os seus depoimentos no Santo Ofício.

Uma vez em Argel, Manuel da Rosa foi comprado como escravo por um mouro chamado Agha Mustafá. Nessa condição, serviu-o primeiro na cidade e depois como marinheiro, pois Agha Mustafá veio a equipar um navio que destinou ao corso. Seria este um panorama comum naquela praça norte-africana, recorrendo a alguma mão de obra do mesmo perfil, a par de outra. Manuel embarcou no navio três ou quatro vezes para expedições de corso. Na última, em agosto de 1694, conseguiu fugir.

Segundo explicou na Inquisição de Lisboa, em novembro desse ano, tanto na terra como no mar, manteve-se sempre católico durante 4 anos. Em Argel confessava-se ao clérigo que por ordem da Coroa castelhana assistia na praça, «assim como faziam os mais cristãos cativos, e escravos na dita cidade» (f. 20). No entanto, tudo se alterou numa das viagens em que embarcara com o patrão. Subiu ao cesto da gávea com um mouro e este caiu no convés e morreu. Por recear que o culpassem e que o matassem imediatamente, como era expectável nesta situação, escolheu sobreviver. Porque o ameaçavam e sentindo que tinha a vida a prêmio a menos que se convertesse, optou por passar prontamente ao Islão, estando ainda na nau. Deixou, assim, de ser escravo e recebeu o nome de Ali.

Em agosto de 1694, Manuel da Rosa era já sota-arrais do navio de Agena Mustafá, quando no mar, não se sabe em que zona precisa (talvez no Atlântico Norte), teve um encontro com uma fragata portuguesa, chamada *Nossa Senhora do Pilar*. Este último navio, que não navegava sozinho (seriam pelo menos dois), intencionalmente colocara a bandeira francesa ao ver a embarcação argelina. A nau corsária enviou então uma lancha em direção à fragata, com seis mouros a remar, sob a autoridade de Manuel. A lancha foi de imediato apresada até porque Manuel se declarou logo cristão. Quando subiu ao convés da fragata disse «viva a lei de Cristo» ou «louvado seja Cristo», diante de todos. Identificou-se e fez notar que fora cativo e renegara em razão do tormento que padecera e que pedia perdão. Solicitou, inclusive, que o capelão da fragata o confessasse. De acordo com o testemunho posterior do arrábido capelão do navio, Manuel até abraçou alguns marinheiros conhecidos, que com ele estiveram cativos em Argel, e que faziam parte da tripulação. Entretanto, o barco de Agena Mustafá, vendo que Manuel fora acolhido pela fragata, pôs-se em fuga.

Eis como Manuel da Rosa foi trazido para Lisboa, em 1694, juntamente com os seis mouros da lancha, feitos cativos. Sobre estes mais nada se sabe, a não ser que em Portugal acusaram Manuel de fazer «muitas saídas nos portos das ilhas», indício provável de que o navio de Agena Mustafá também atuaria no Atlântico. Aliás, na Inquisição de Lisboa, em 1694, Manuel declarou que, além das ilhas açorianas já referidas, já estivera em Cabo Verde, sem indicar se antes ou depois de cativo.

Em Portugal, pela atividade que desenvolvera, corria o risco de ser acusado de pirataria. Por isso, quando desembarcou, prenderam-no na cadeia do Limoeiro, às ordens das justiças seculares. É provável que Manuel tenha ficado a saber que também iria ser processado pelo Santo Ofício. Da cadeia, a 26 de outubro, Manuel conseguiu enviar um

pedido de ajuda ao capelão da fragata, frade do convento olisiponense de Alcântara, na mesma altura que o promotor do Santo Ofício tratava de desencadear o seu processo. A seu pedido, alguém terá escrito por ele a mensagem.

Fosse ou não com a ajuda do arrábido, Manuel conseguiu antecipar-se e pedir para confessar o seu caso à Inquisição. Ser apresentado garantia-lhe vantagens.

Entre 27 e 29 de outubro, o Santo Ofício ouviu quatro testemunhas do caso: altas-patentes das duas fragatas de guerra envolvidas, o capelão acima referido e um capitão de nau mercante da carreira do Brasil, que estivera cativo em Argel. Todos os depoimentos foram muito favoráveis a Manuel, confirmando como ele expressara de forma rápida a sua identidade católica mal chegou a um navio de cristãos. O elemento da carreira do Brasil lembrava-se de o ter visto em Argel com «trajes de mouro», mas salientou que mais do que uma vez naquela praça testemunhara que Manuel mantinha espontâneos preceitos de católico, e que passara ao Islão para resistir ou «viver mais à sua vontade naquele cativoiro» (f. 9v-10).

De posse destas informações, a Inquisição trouxe-o do Limoeiro aos Cárceres da Penitência, a 6 de novembro, tendo em vista processá-lo por renegado. Por ser menor (a maioria só era atingida aos 25 anos), teve de receber um curador no Santo Ofício, como era usual nestas circunstâncias.

No interrogatório a que foi sujeito deixou patente que não se convertera «de coração», a expressão usada no discurso normativo do mundo romano da época para classificar o modo verdadeiro e convicto de abraçar uma religião. Realçou que não frequentava as mesquitas e que se deixara andar assim durante 5 anos para sobreviver. Quando diretamente interpelado sobre festas e jejuns, replicou que participara no Ramadão, mas que comia às escondidas quando tinha condições para isso e que fora a algumas festas apenas para ver

como eram. Quando interpelado sobre a intenção com a qual se embarcara para fazer curso contra os cristãos, respondeu «que quando se embarcava era pelo obrigar a isso o seu patrão em cujo navio fazia o que ele lhe mandava por não ter outro remédio nem o seu intento podia ser nunca pelejar contra os cristãos» (f. 25v-26). No evoluir do processo, nota-se o desencontro de leituras: por um lado, os inquisidores que exigiam que ele tivesse resistido, continuando fiel ao catolicismo, se necessário dando a vida; por outro, a do jovem apóstata arrependido, que considerava que se esforçara por sobreviver e esse era o seu patamar de resistência. No registo dos inquisidores ainda que as razões que Manuel apresentava pudessem ser verdadeiras, a fé exigia mais, exigia tudo, «a confissão da fé prepondera a qualquer perigo ainda da vida» (f. 28). Manuel defendia-se com o facto de ser na altura um rapaz muito novo, sem grande capacidade para maior resistência.

O processo encerra com a Mesa da Inquisição de Lisboa dividida. Foram unânimes em concordar com a abjuração de leve, na imposição de penitências espirituais e que solvesse as custas. A divergência era quanto ao local da cerimónia da leitura da sentença (auto da fé): a maioria achava que devia ser na Mesa, diante dos inquisidores, e os restantes na sala, na presença de mais elementos do Santo Ofício, pois consideravam que o assunto fora público e por isso a pena não devia ficar recatada. O Conselho Geral optou pela sala. A sentença foi lida a 5 de maio de 1595 e pouco depois terá regressado ao Limoeiro. Uma vez mais, a sentença inquisitorial deixava implícito que ele não resistira o suficiente e daí o delito e a pena.

Referências:

ALBERTO, Edite Martins (2021). «De regresso a Loulé: o resgate de cativos cristãos nos séculos XVII e XVIII». In: *Atas do IV Encontro de História de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal, 135-157.

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Inquisição de Lisboa*, processo 3944.
- BRAGA, Isabel Drumond (1998). «Nas franjas da sociedade: os renegados açorianos da Época Moderna». In: *O Faial e a periferia açoriana nos séculos xv a xx: actas do colóquio...* Horta: Núcleo Cultural, 71-184.
- OLDRATI, Valentina (2016). «El difícil mantenimiento de la fe cristiana en tierras islámicas. Entre nicodemismo y otras estrategias de supervivencia (s. xvii)». In: LLOPIS, Borja Franco *et al.* (ed.), *Identidades cuestionadas: coexistencia y conflictos interreligiosos en el Mediterráneo (SS. xiv-xviii)*. Valencia: Universitat de València, 63-78.